

# A GEOESTRATÉGIA DOS GRANDES ESPAÇOS MUNDIAIS

The Geostrategic of Big Spaces  
La Geoestrategia de Grandes Espacios

Edu Silvestre de Albuquerque<sup>i</sup>

Dyego Freitas Rocha<sup>ii</sup>

Fabrcio Kleison de Sousa Silva<sup>iii</sup>

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil*

## RESUMO

A Geopolítica é o estudo da formação dos grandes espaços mundiais, abrangendo a dimensão geoestratégica dos projetos de poder. Nesse sentido, as condições geográficas marítimas e terrestres representam distintas possibilidades de organização do território, inclusive das geoestratégias militares. Além do resgate destes condicionantes geográficos no "longo século XX", procura-se aplicá-los na análise de cenários geoestratégicos para o sistema internacional do século atual.

**Palavras-chave:** geopolítica; geoestratégia; sistema internacional.

## RESUMEN

La geopolítica es el estudio de la formación de grandes espacios, que cubre la dimensión geoestratégica del poder. En este sentido, factores geográficos marítimos y continentales presentan distintas posibilidades de organización del territorio, incluso las geoestrategias militares. Además de revisar la historia de estos factores geográficos en el "largo siglo XX", empleamos estos factores en el análisis de escenarios geoestratégicos para el sistema internacional del siglo actual.

**Palabras clave:** geopolítica; geoestrategia; sistema internacional.

## ABSTRACT

Geopolitics is the study of the formation of the big spaces, covering geostrategic dimension of power projects. In this sense, the sea and land represent distinct possibilities of organization of the territory, including the geostrategic military. In addition to the rescue of these geographical conditions in the "long twentieth century", seeks to apply them in the analysis of geostrategic scenarios for the international system of the present century.

**Keywords:** geopolitics; geostrategic; international system.

## INTRODUÇÃO

Na filosofia política, a corrente realista advoga que não existe moral nas relações internacionais, mas apenas interesses constituídos; assim, argumenta, os Estados movem-se sempre para ampliar sua segurança e poder. A corrente idealista, por seu turno, defende a aplicabilidade do princípio da paz universal através de normas e instituições internacionais; e acusa ainda ao realismo de naturalizar as disputas e conflitos no sistema internacional.

Em verdade, mesmo o idealismo se vale dos "profetas armados" para impor os abstratos "princípios universais". Por sua vez, o realismo

também espera evitar a deterioração das relações internacionais, buscando novo equilíbrio de poder algo mais condizente com a distribuição real de poder no sistema interestatal.

O idealista acredita que a natureza da guerra reside nos interesses egoísticos dos Estados. Já o realista, ao contrário, percebe que a causa dos conflitos pode residir também nas assimetrias do sistema internacional e nas potências diretoras interessadas em manter o *status quo* mesmo diante da corrosão perceptível de suas bases materiais.

O geógrafo brasileiro André Roberto Martin coloca corretamente o problema quando

considera que a geopolítica junta o Idealismo - e seu universo de leis e regras gerais que deveriam ser seguidas por todos os Estados e cidadãos - e a Natureza - o componente frequentemente algo imprevisível na ação destes mesmos Estados e cidadãos.

Aliás, foi outro geógrafo, o alemão Friedrich Ratzel, quem pioneiramente colocou o homem na condição central das análises geográficas (a Antropogeografia) e, simultaneamente, estabeleceu uma proposta de unidade da Geografia ao conectar fatores físicos e humanos pelo princípio político (a Geografia Política). Ratzel lançou ainda importantes pressupostos da área da Geopolítica, manifestados nas "leis tendenciais de crescimento dos Estados", ainda que sabidamente o termo tenha sido cunhado pouco depois pelo jurista sueco Rudolph Kjellen.

Mas se a Geopolítica nasce ainda na fase de institucionalização acadêmica da geografia alemã, sua evolução no âmbito da ciência geográfica é obstaculizada com o desenvolvimento da escola geográfica francesa, que situou na geopolítica alemã as causas do projeto expansionista germânico de Otto von Bismarck até Adolf Hitler<sup>1</sup>.

Yves Lacoste chegou a afirmar que a geopolítica estava "a serviço dos Estados-Maiores", acrescentando ao exemplo histórico do projeto expansionista alemão, o imperialismo estadunidense e as ditaduras terceiro-mundistas de países como Chile e Brasil. Entretanto, não podemos esquecer que as democracias ocidentais também produziram (e produzem) vasto pensamento geopolítico, inclusive balizando projetos mundiais de poder, caso dos

anglo-saxônicos Inglaterra e Estados Unidos, e da própria França de Yves Lacoste<sup>2</sup>. Analogamente, um número crescente de intelectuais do "terceiro-mundo" percebe a necessidade de uma geopolítica centrada nos interesses do Sul, casos dos brasileiros André Martin e Eli Alves Penha e do sérvio Dejan Mihailovic.

Com efeito, no mundo do após guerra fria, a comunidade internacional parecia inclinada a aceitar os princípios wilsonianos de regulação do sistema internacional com base em princípios universais, tal como ensaiado no após primeira guerra mundial. Contudo, é a visão realista de mundo que vemos emergir da retomada das ações unipolares norte-americanas (guerras e invasões de Iraque, Afeganistão, Sérvia-Kosovo, Somália e Líbia) e do renascimento de desafiantes regionais ao projeto de hegemonia pretendido pelos Estados Unidos (casos de Rússia, China e Brasil, por exemplo).

Se o interesse nacional não desapareceu do cenário internacional, então, é evidente que o pensamento de natureza geopolítica continuará relevante ao definir pressupostos da organização territorial e da projeção de poder dos Estados. É evidente que a vertebração dos grandes espaços ocorre em torno da organização dos sistemas de transporte, por sua vez, fortemente constrangidos pelas condições geográficas reais, localizadas pelos geopolíticos clássicos em algum ponto do antagonismo entre a influência marítima ou continental.

A razão deste artigo é justamente estabelecer a razão estratégica presente na estruturação dos grandes espaços mundiais, isto é, identificar a racionalidade geopolítica presente na

configuração das unidades geoeconômicas mundiais e dos blocos internacionais de poder. Para alcançar este objetivo, inicialmente descrevemos as premissas básicas do antagonismo entre maritimidade e continentalidade para, em seguida, apontar sua presença na construção da história do "longo século XX". Finalmente, procuramos destacar as tendências de organização dos grandes espaços no presente século, observando o deslocamento da vontade política entre as nações no sentido de aproveitar todas as possibilidades derivadas da realização de sua vocação continental e/ou marítima.

## A RACIONALIDADE GEOGRÁFICA DA ECONOMIA

O antagonismo geopolítico da continentalidade *versus* maritimidade foi abordado em termos de geoestratégia pelos geopolíticos Alfred Mahan, Halford Mackinder, Karl Haushofer, Nicolas Spykman e George Kennan. Mas para além da dimensão militar, estes polos espelham duas formas básicas de organização territorial e, portanto, de desenvolvimento econômico, como embrionariamente apontado nos estudos clássicos do próprio Mackinder ao destacar o advento das ferrovias<sup>3</sup>.

Essa contradição dialética entre condições geográficas marítimas e terrestres é real e fundamental; e se traduz em possibilidades distintas de organização produtiva e militar do espaço conforme os meios de transporte mobilizados. E se não explica a totalidade dos eventos históricos, permite a análise de tempos

de longa duração e a formação dos grandes espaços.

O destino geográfico dos povos se materializa quando da escolha dos caminhos mais racionais do ponto de vista da organização do espaço geográfico, e que, recorrentemente na história humana inclinam-se mais ao mar ou ao interior dos continentes. O navio e o trem representam, assim, os mais importantes meios de deslocamento de mercadorias e tropas por longas distâncias, cada qual com uma logística própria e impactos econômicos e geográficos distintos. Sem medo de errar, pode-se dizer que as vias mais curtas e mais simples são geralmente as mais lógicas do ponto de vista da racionalidade econômica contida na organização territorial.

Os gigantes territoriais com ampla frente marítima e vasta profundidade territorial podem hoje extrair todas as vantagens da articulação entre os modais de transporte naval e terrestres, de modo a dirigir processos de integração regional no próprio continente e, simultaneamente, reforçar sua projeção de poder além-mar.

O trem - e mesmo as grandes rodovias - amplificam a força do continentalismo, uma novidade histórica uma vez que a vantagem competitiva sempre esteve em mãos das economias mercantis de base marítima, onde menores custos de frete em comparação aos modais terrestres repercutiam em estrutura de custos mais competitivas.

Mas quando os Estados Unidos passaram a executar uma geoestratégia conjugando poder naval e terrestre criaram uma nova escala geoeconômica para a competição interestatal. A

vantagem inicial era tamanha que isto permitiu aos governos estadunidenses imporem uma agenda liberal e globalista às nações das regiões continentais interiores (tendencialmente protecionistas), ao mesmo tempo em que adotavam uma agenda cada vez mais democrática diante da abundância de recursos para atender parte das demandas de sua própria população<sup>4</sup>. Em oposição, daí também a sensação sempre presente de que a instabilidade e mesmo certo caos político são fenômenos tipicamente das áreas periféricas e mais interiores.

Os países continentais interiores foram historicamente pressionados pela estrutura de custos mais elevada da economia terrestre, restringindo-se ao único fator de produção que possuem em mais abundância que o poder marítimo: a terra. Diante de seu potencial agropecuário e de recursos minerais e energéticos, sua indústria globalmente mais eficiente é exatamente aquela ancorada nestas vantagens comparativas derivadas da natureza terrestre. Mas se não alcançarem os portos, mesmo estas vantagens competitivas da economia terrestre podem não se realizar.

Outro ponto é que essa vantagem competitiva das economias mercantes ou liberais sempre foi alardeada ideologicamente como superioridade civilizacional do ocidente: os navios não traziam apenas insumos e mercadorias, mas também imigrantes e ideias, propagando o cosmopolitismo a partir das cidades-portuárias europeias e estadunidenses. O moderno estava em Paris, Londres e Nova Iorque, mas não em Pequim ou Moscou. Pois bem, este quadro se altera drasticamente na

atualidade, não porque os navios que vencem as distâncias interoceânicas são agora tripulados por chineses e outros povos não-ocidentais, mas em razão da revolução tecnológica representada pela aviação e internet.

Entretanto, se a vantagem ocidental deixa de ser moral, por outro lado, o avanço da globalização e suas redes mercantis-industriais ampliaram o diferencial de competitividade econômica em favor da hegemonia ocidental. Daí também a importância das geoestratégias de contenção adotadas pelo ocidente (leia-se Estados Unidos e Aliança Atlântica) e ancoradas em seu poder naval, desenvolvendo habilmente sistemas de alianças destinadas a dificultar ao máximo que seus desafiantes regionais possam alcançar posições marítimas que integrem eficazmente suas vastas áreas interiores ao sistema-mundo. A produção da instabilidade no arco marítimo do continente eurasiático é a principal das geoestratégias de contenção ocidentais, como veremos mais adiante.

## AS GEOESTRATÉGIAS NAVAIS E TERRESTRES NO SÉCULO XX

A globalização de matriz marítima nasce na Europa, a partir dos projetos geopolíticos de Portugal, Espanha e Holanda, que reuniram vastos sistemas coloniais mercantis. Mas durante o século XIX e a primeira metade do século XIX, a Inglaterra dominaria os mares como nunca visto até então. A marinha de guerra britânica logrou bloquear a projeção geopolítica das potências terrestres europeias, restringindo seus movimentos mais importantes ao próprio continente europeu. Sempre que um desafiante regional britânico englobava áreas

muito extensas - usualmente seguindo o caminho natural representado pelas vastas planícies interiores desde as Bacias do Sena e Ruhr até o Volga, já em território russo -, era detido, mas nunca destruído totalmente a ponto de afetar o equilíbrio de poder continental que, evidentemente, beneficiava a supremacia britânica.

A hegemonia mundial britânica era amparada na força de sua marinha de guerra e na unidade de comando determinada pelas linhas transoceânicas de cabos submarinos, antecipando em mais de um século a

globalização tal como a concebemos hoje (Fig. 1)<sup>5</sup>. Mas no outro lado do Atlântico, os Estados Unidos derrotaram o Império Britânico ao trazer a guerra ao continente (Guerra da Independência, 1776-1783)<sup>6</sup> e, paulatinamente, construíram uma unidade geoeconômica em escala superior a dos pequenos países europeus, articulando sua ampla frente marítima aos vastos espaços interiores<sup>7</sup>.

A ascensão estadunidense começa a pressionar por um novo equilíbrio de poder mundial, inicialmente limitado sua "área de

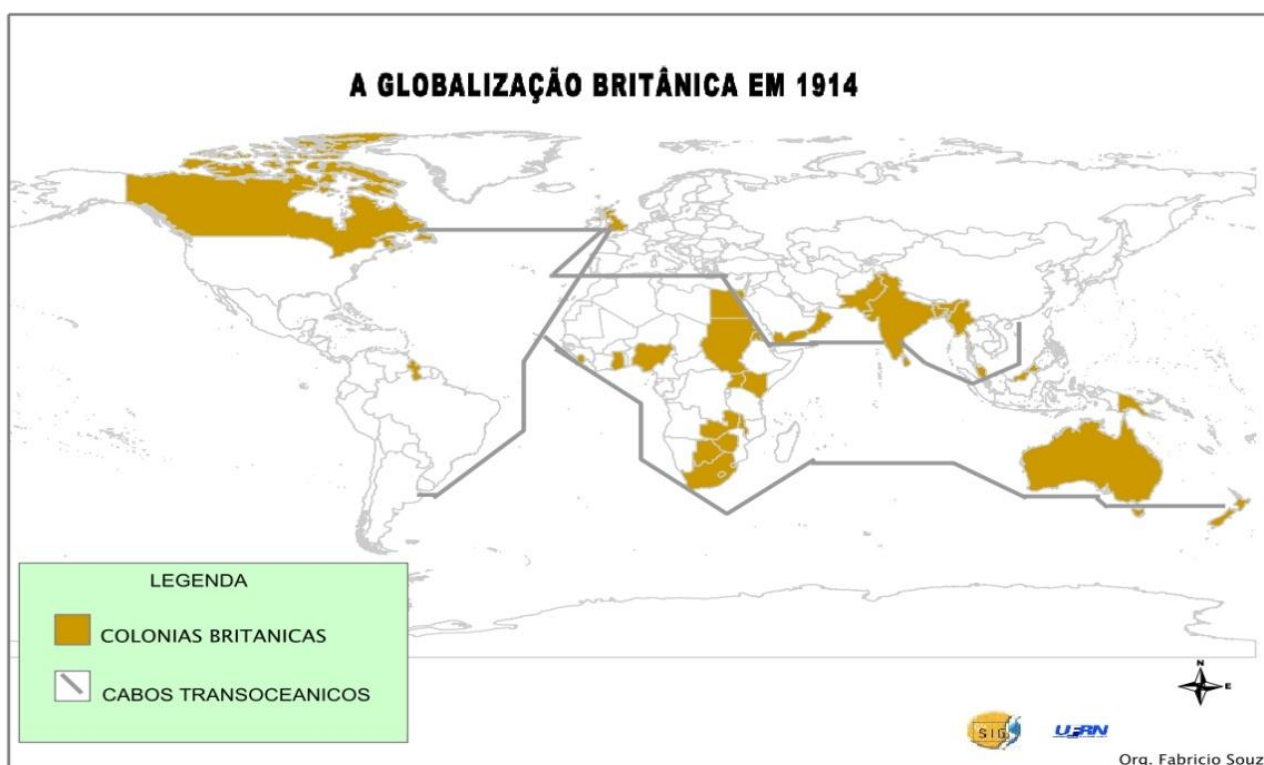


FIGURA 1 - A globalização Britânica em 1914.

influência imediata" à América Latina (Doutrina Monroe, 1823), depois incluindo o Caribe e regiões mais afastadas da Ásia (ilhas e possessões tomadas aos espanhóis na Guerra Hispano-Americana de 1898), consideradas áreas insulares de menor peso na estratégia hegemônica britânica.

Por sua vez, Londres passa a preocupar-se mais seriamente com os desafiadores europeus. A Grande Rússia ainda adormecia, mas a ascensão alemã como potência industrial e militar representava a materialização dos temores britânicos. Assim, em 25 de janeiro de 1904, o diplomata e geopolítico britânico Halford John

Mackinder (1861-1947) ministra famosa conferência na *Royal Geographical Society*, que sob o título *The geographical pivot of history* foi publicada pelo *Geographical Journal*.

Repelindo a tradicional Projeção de Mercator que apontava a Europa como centro geográfico do planeta, o geógrafo britânico atribuía esta condição à “área pivô” representada pelo núcleo da massa terrestre eurasiática. No mapa-múndi mackinderiano, essa “área pivô” é rodeada por dois grandes arcos: o *Crescente Interno*, espaço natural de expansão do poder terrestre em sua busca de capacidade anfíbia, que deveria representar a primeira linha de defesa do poder marítimo (à época, este arco reunia os impérios alemão, austro-húngaro e turco-otomano, mais a Índia - então colônia inglesa - e a fragmentada China); e o *Crescente Externo*, espaço natural de projeção do poder marítimo (abrigava as grandes potências do período, como Inglaterra, Estados Unidos e Japão, além dos domínios britânicos do Canadá, África do Sul e Austrália). Assim, em termos geoestratégicos, a tese do pivô geográfico da história traduzia a disputa pelo poder mundial entre o oceanismo britânico e o continentalismo russo-alemão<sup>8</sup>.

A potência desafiante alemã exigia uma estratégia de contenção por parte da Inglaterra; e de fato, na primeira guerra mundial os britânicos detiveram o avanço da aliança entre Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano formada no Arco do *Crescente Interno*. Em termos geopolíticos, essa guerra representava a oposição entre o poder marítimo do bloco liberal e o poder terrestre do bloco nacionalista<sup>9</sup>. A conferência de paz do pós-

guerra fragmenta os impérios austríaco e otomano em diversos países independentes, outra proposta mackinderiana<sup>10</sup>.

O conceito de “área pivô” seria modificado por Alfred Mackinder no livro *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*, publicado em 1919, ali redefinido como *heartland* (“coração da terra” ou “núcleo geográfico”). Mackinder reafirma que os fenômenos geopolíticos se desenrolam dos conflitos travados a partir da oposição entre o *Heartland* e o *Crescente Interno*, como denota sua célebre frase: “Quem domina a Europa Oriental controla o Heartland; quem domina o Heartland controla a World Island; quem domina a World Island controla o mundo.”<sup>11</sup>

Mas agora o *heartland* era menor que a “área pivô”, passando de 23 para 13 milhões de km<sup>2</sup>, operação possível diante da definição histórica do eixo Berlim-Moscou como principal ameaça geopolítica que, partindo do núcleo da massa terrestre eurasiática, se propagava na direção do Atlântico Norte.

Com efeito, a Alemanha, poupada territorialmente pelos vencedores da primeira guerra, se rearma no período entre-guerras, relançando seu projeto expansionista. Ao mesmo tempo, o projeto soviético baseado na centralização do poder político e no antiliberalismo fazia anunciar finalmente o renascimento da Grande Rússia para breve.

Assim, se o *heartland* perdia em extensão territorial, ganhava muito em precisão espacial, o que é fundamental em se tratando de estratégias de contenção. A Inglaterra se opôs ferozmente ao projeto alemão de construir uma ferrovia até o Golfo Pérsico para obter petróleo

para seu sedento parque industrial, e para isto tratou de fomentar os nacionalismos nos Balcãs de modo a inviabilizar o traçado do projeto ferroviário. A Segunda Guerra Mundial estava assim colocada claramente no horizonte europeu.

O “cordão sanitário” mackinderiano não deteve o expansionismo alemão (e nem o russo) quando da eclosão da segunda guerra mundial, quando os pequenos estados ou “peões geopolíticos” foram novamente colocados nas órbitas gravitacionais de Berlim ou Moscou. Mas alcançou sinalizar aos aliados ocidentais os movimentos de agressão vindos dos desafiantes terrestres.

O temor britânico de materialização do eixo Berlim-Moscou, afinal, não se efetivou. Por outro lado, com a derrota alemã, agora era a União Soviética quem tinha terreno livre para expandir sua área de influência. Conforme Henry Kissinger, o apoio estadunidense à contenção dos nazistas exigira dos britânicos a renúncia a seu império colonial, e agora, a contenção ao expansionismo soviético cobrava o preço da transferência da hegemonia atlantista aos Estados Unidos.

Com efeito, a Guerra Fria se inicia com a ocupação dos países do Leste Europeu pelo Exército Vermelho, sob o pretexto de expulsão das tropas invasoras nazistas:

“(...)a ocupação da Europa do Leste foi apresentada como fato consumado por Stálin e que foi ratificada pela Conferência de Potsdam. Mas Truman acreditava que Stálin poderia manter planos expansionistas, não se contentando com a área já conquistada. Em agosto de 1945, logo após a

Conferência de Potsdam, Truman ordenou o ataque nuclear a Hiroshima e Nagasaki, com o objetivo de dar um recado a Stálin. Moscou deveria conter seu ímpeto expansionista, caso não quisesse ser alvo de um ataque nuclear.” (ARBEX Jr., 1997, p. 97).

Foi Winston Churchill quem reivindicou junto aos Estados Unidos uma ampla estratégia de contenção ao avanço soviético na Europa. A fundamentação da estratégia atlantista viria com a doutrina anticomunista elaborada pelo diplomata e cientista político estadunidense George Frost Kennan. Suas ideias aparecem no livro *Containment Theory*, de 1947; mesmo ano em que o presidente Harry Truman pronuncia famoso discurso de comprometimento total da América na contenção ao avanço socialista na Europa e no mundo, oficializando a chamada “Doutrina Truman”.

George Kennan apostava na supremacia do poder naval para deter o avanço soviético nas regiões costeiras estratégicas da “ilha mundial” eurasiática. Assim, a

“(...)valorização estratégica das chamadas *fringe areas*,[...]resultaram na participação dos Estados Unidos no Pacto do Atlântico, na pressão diplomático-militar sobre a Grécia e Turquia, no engajamento militar nas guerras da Coreia e do Vietnã, no Tratado do Sudeste Asiático e em outras iniciativas de menor vulto.” (MEIRA MATTOS, 2002, p. 25).

Esse é o sentido também do Plano Marshall para a reconstrução da Europa devastada, visando impedir a ascensão do movimento socialista no seio das próprias nações ocidentais europeias. E da criação, em 1949, do bloco

militar da OTAN, com sede em Bruxelas, consolidando a hegemonia estadunidense na porção oeste do continente europeu ao oferecer proteção militar em caso de agressão soviética<sup>12</sup>.

Por sua vez, o geoestrategista soviético Sergei Gorshkov expressava no livro *O Poder Marítimo do Estado*, de 1979, a impossibilidade de um poder exclusivamente terrestre alcançar uma vitória total e durável, sinalizando a necessidade de uma diplomacia naval voltada à constituição de alianças capazes de projetar poder dissuasório globalmente. Com efeito, nascida na prisão continental eurasiática derivada da negação do litoral pelo mar congelado durante a maior parte do ano, é apenas tardiamente que os soviéticos se lançam ao mar, procurando diminuir a distância diante da *U.S. Navy*<sup>13</sup>.

#### **PARA ALÉM DE MACKINDER: UM ESTADO-PIVÔ NA ÁSIA**

A geoestratégia de George Kennan reproduzia diversos elementos presentes na tese do pivô geográfico de H. Mackinder, pois ambas:

- identificavam as principais ameaças ao poder ocidental na projeção de algum poder terrestre sediado no coração da “ilha mundial” eurasiática (a Alemanha para Mackinder, e a União Soviética para Kennan);

- acreditavam que o objetivo político de contenção exigia a projeção do poder naval atlantista (sob liderança de britânicos e estadunidenses, respectivamente).

E estas duas ameaças previstas pelos dois eminentes geoestrategistas ocidentais foram debeladas. A Alemanha tem permanecido satisfeita com a condição de liderança econômica do consórcio franco-germânico no bloco europeu. E a Rússia ainda procura retomar o controle de parte da zona de influência perdida com a desintegração do Império Soviético<sup>14</sup>.

Mas Alfred Mackinder e George Kennan são geoestrategistas do século XX. O primeiro vivenciou a Primeira Revolução Industrial, que havia transformado a Europa Ocidental e o Atlântico Norte na principal unidade geoeconômica mundial, com a Inglaterra assumindo o papel de *hegemon* do sistema internacional. O segundo vivenciou a Segunda Revolução Industrial, que deslocava o polo central deste eixo econômico para o Oeste Atlântico, com os Estados Unidos substituindo a Inglaterra no protagonismo do sistema capitalista mundial.

No atual século, cada vez mais a grande indústria e os fluxos comerciais migram para a Bacia do Pacífico, especialmente no Extremo Oriente. Diante disto, a geoestratégia atlantista tem evoluído para considerar uma disputa bifronte pela hegemonia mundial, incluindo a adversária tradicional Rússia e a adversária emergente China. Embora a Rússia ainda guarde enorme poder militar, é cada vez mais a China quem preocupa o ocidente ao converter parte do crescimento econômico acelerado em poder militar.

Pela impossibilidade de admitir que



conflitos do século XXI continuam a envolver motivos econômicos e de interesse nacional, a fundamentação moral da nova geoestratégia atlantista precisou ser reinventada no pós-Guerra Fria. Nesse sentido, o paradigma do Choque de Civilizações, proposto por Samuel P. Huntington na década de 90, representa o alicerce teórico dessa nova estratégia de contenção dos Estados Unidos e aliados da OTAN, ainda que sem aquele *status* oficial como da Doutrina Kennan-Truman. Ao determinar que a natureza dos conflitos no mundo pós-Guerra Fria é essencialmente de ordem cultural, Samuel Huntington oculta os interesses nacionais reais (vontade política e ganhos econômicos) sob a nebulosa nuvem das “unidades civilizacionais” (Figura 2).

A funcionalidade do paradigma civilizacional para a nova geoestratégia de contenção atlantista se explicita quando Samuel Huntington alerta o ocidente sobre o movimento de aproximação entre China e países muçulmanos. A conexão confuciana-islâmica, diz o autor, deve ser detida pelo ocidente de todas as formas possíveis, sob pena de perda da hegemonia mundial. Para forçar a adesão da periferia aos acordos de não-proliferação de armas de destruição em massa e de mísseis de longo alcance, o ocidente deveria usar a pressão econômica e política e, se necessário, a intervenção militar<sup>15</sup>.

As ações intervencionistas estadunidenses e da aliança atlântica no Oriente Médio Expandido (Iraque, Afeganistão e Líbia), os embargos comerciais a Síria e ao Irã, e o apoio explícito de Washington à autonomia do Tibete chinês e à independência de Taiwan, podem ser

enquadradas nessa geoestratégia de contenção às civilizações desafiantes, que para Huntington é sinônimo de conexão confuciana-islâmica.

Samuel Huntington lista diversos casos suspeitos de transferência de tecnologia nuclear envolvendo a China e países muçulmanos (particularmente Paquistão e Irã). Curiosamente, a ditadura da Arábia Saudita e a aliada turca da OTAN são poupadas pelo estrategista estadunidense, apesar da maioria muçulmana nestes países.

De fato, o Irã tem abertamente investido em tecnologias nucleares, contando inicialmente com ajuda do vizinho Paquistão, que repassou clandestinamente tecnologia de centrifugação que, por sua vez, acredita-se tenham sido fornecidas pela China, interessada em conter o poder indiano. A China também auxiliou a Coreia do Norte no desenvolvimento da bomba atômica e de mísseis balísticos, exportou materiais nucleares para Líbia e Iraque<sup>16</sup> - que podem ser usados na produção de armas nucleares e químicas -, e na ajuda à Argélia na construção de um reator para pesquisa e produção de combustível nuclear.

A Rússia também repassou tecnologia nuclear à Síria e Irã. Mas quando Huntington escrevia seu texto, o governo russo parecia inclinado a aceitar a nova ordem internacional ditada por Washington, parecendo ao mundo ocidental um adversário menos relevante que a China e os islâmicos.

Kishore Mahbubani questiona a validade científica do paradigma do choque civilizacional e da conexão confuciana-islâmica, alegando que não existe sequer uma unidade civilizacional real entre os “países islâmicos”, como

demonstra as diversas disputas e conflitos entre seus próprios Estados. De fato, a recente aliança entre a Liga Árabe e a OTAN para depor o líbio Kadafi é exemplo disto, bem como a atual

pressão da mesma Liga Árabe sobre o regime sírio.

Tzvetan Todorov vai na mesma direção ao considerar que as unidades civilizacionais não



FIGURA 2 – O mundo segundo Samuel Huntington.

correspondem às alianças entre Estados em caso de conflitos. De fato, a China se movimenta fundamentalmente em razão de interesses nacionais e não de conexões civilizacionais, onde o petróleo localizado no Oriente Médio e Ásia Central vale tanto quanto o petróleo localizado na África.

A China tem um território duas vezes maior que o europeu (excluída a Rússia) e uma população maior que a soma de todos os países ocidentais. Além desta ampla base geográfica e demográfica, o acelerado crescimento econômico de taxas anualizadas superiores a 10% nas últimas três décadas exige crescentes

volumes de recursos minerais e energéticos do exterior. É, portanto, perfeitamente natural que a China se volte em especial para acordos econômicos com sua vizinhança imediata, procurando reduzir o custo dos fretes internacionais<sup>17</sup>.

As parcerias da China com os países do mundo islâmico ocorrem em torno da equação "petróleo por armas" porque é a única forma destes últimos bancarem a modernização militar necessária. Nas condições de competição intercapitalista é evidente que isto traz bônus e ônus sob o ponto de vista ocidental. O ônus é que a exportação de armamentos robustece o

complexo industrial-militar chinês (o orçamento militar chinês é o segundo maior do mundo). O bônus é que a importação de petróleo lubrifica as indústrias estrangeiras presentes na própria China.

Como recorda o economista José Luis Fiori, a expansão industrial chinesa viabilizou a aplicação produtiva de enormes volumes de capitais estocados improdutivamente nos Estados Unidos, além de garantir a formidável expansão do mercado mundial de bens de consumo não-duráveis (a globalização)<sup>18</sup>. Com efeito, foi a partir dos anos 80 que a China tornou-se a maior beneficiária de investimentos externos dos Estados Unidos e obteve acesso privilegiado ao mercado estadunidense, numa evidente repetição da estratégia usada pelos Estados Unidos para reerguer a economia japonesa durante a Guerra da Coreia. As íntimas relações econômicas entre Washington e Pequim, por fim, acabaram por isolar Moscou politicamente e demonstraram a ineficiência da economia do regime soviético.

Em termos realistas, a China ainda é uma desafiante mais imaginária que real da América. Em 2010 e 2011 o montante de gastos militares estadunidenses ainda equivalia a 42,7% do total mundial, algo 6 vezes mais elevado que os gastos chineses no setor. Com razão, Bessa (2007) destaca que a China apresenta estratégia econômica e militar direcionada para sua transformação em potência continental e, portanto, ainda está longe de desafiar a hegemonia naval estadunidense.

Marcelo Suano coloca outro ponto em discussão em relação à tese da “conexão confuciana-islâmica”, indicando que essa nova

geoestratégia estadunidense de contenção tem por objetivo, em realidade, evitar a autonomia econômico-militar da Europa Ocidental, que na perspectiva da aliança civilizacional continuaria a depender da OTAN em detrimento de sua própria indústria de defesa<sup>19</sup>.

Mas escapa a Marcelo Suano que a nova geoestratégia estadunidense de contenção acontece efetivamente, e pretende ser suficientemente ampla para dar conta da China, da reemergência da Rússia e ainda evitar a disseminação de tecnologias sensíveis de uso dual na periferia (países islâmicos ou qualquer outro não-alinhado à Washington).

Evidente que diante de tantos desafios globais, os aliados europeus serão mais necessários que nunca. A atual crise norte-coreana talvez tenha tido os dedos de Pequim para testar os limites estadunidenses. A China também insiste na reunificação de Taiwan, atualmente um protetorado militar estadunidense, bem como a posse de diversos arquipélagos no Mar da China. Assim, Samuel Huntington tem o mérito de perceber o movimento econômico e geoestratégico chinês de longo prazo, e seu paradigma civilizacional representa uma efetiva proposta de justificativa moral capaz de recomodar o poder atlantista no cenário internacional das próximas décadas, evidentemente que reafirmando o regime liberal globalizado e a hegemonia militar naval estadunidense.

## A ESTRATÉGIA ATLANTISTA PARA O SÉCULO XXI

O que Samuel Huntington talvez não esperasse era o renascimento da Rússia para

algo tão breve. Afinal, os ganhos de produtividade obtidos da reengenharia produtiva operada a partir dos Estados Unidos (e cuja dimensão externa envolvia a parceria estratégica com a China) como resposta à crise dos anos 70, não foram acompanhados de equivalente revolução técnica no lado soviético; e tanto a população soviética não suportava a limitação e obsolescência dos bens de consumo não-duráveis, quanto os militares se ressentiam do *gap* da inovação tecnológica em relação às

forças armadas estadunidenses. Os governos pós-soviéticos de M. Gorbatchev e B. Iéltsin esperavam retomar a modernização com maciços investimentos norte-americanos.

Nesse momento de letargia da política externa russa, os Estados Unidos fizeram avançar a OTAN até as fronteiras da Rússia europeia (a Figura 3 traz esses novos países-membros do bloco, que agora se projeta pelas ruínas do Pacto de Varsóvia).



FIGURA 3 – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Após os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, se seguiram ações unipolares estadunidenses na parte asiática da Eurásia, por meio do alegado “direito de ação preventiva”. A “Guerra ao Terror” viabilizou a implantação de bases militares estadunidenses no Catar, Omã, Emirados Árabes, Arábia Saudita, Bahrein,

Afeganistão e Iraque. A operação "Liberdade Duradoura" foi o pretexto para instalar bases militares também no Uzbequistão (1 mil soldados), Quirguistão (mais de 3 mil soldados) e Tadjiquistão, países que ainda mantêm bases russas do período soviético (Figura 4).

**BASES MILITARES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA FORA DE SEUS LIMITES TERRITORIAIS\***

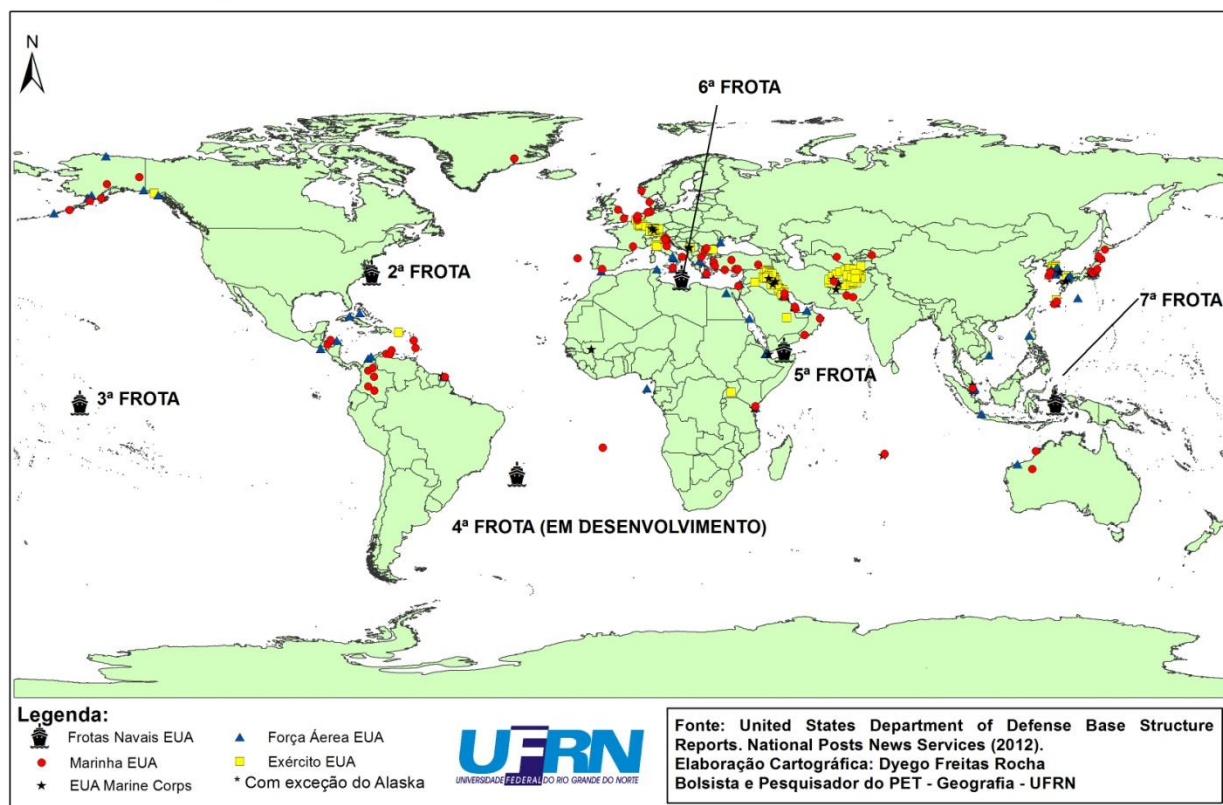


FIGURA 4 - Bases militares dos Estados Unidos da América fora de seus limites territoriais.

Mas esse avanço estadunidense pela Ásia Central e a intenção de formação de um escudo antimísseis na Europa Oriental e de inclusão da ex-república soviética da Geórgia nas forças da OTAN, souu sinal de alerta nos governos nacionalistas russos de Putin e Medvedev.

Muitos em Moscou acreditam que também o apoio ocidental aos rebeldes sírios em 2012/13 significa verdadeiramente uma tentativa estadunidense de bloquear qualquer pretensão russa de acessar os mares quentes através da Ásia Central (os russos mantêm uma pequena base naval para fins logísticos na Síria).

Com efeito, a OTAN do após guerra fria ganha um papel geoestratégico maior que a proteção da Europa Ocidental, englobada no projeto estadunidense de poder mundial, novo

conceito estratégico da organização desde novembro de 2010, na Cúpula de Lisboa. A OTAN testou sua liderança em coalizões amplas nas guerras do Afeganistão e da Líbia e na costa somali, e projeta ampliar sua estrutura internacional a partir de programas como "Parcerias para a Paz" e "Diálogo do Mediterrâneo", respectivamente abarcando Ásia Central-Cáucaso e Norte da África (Figura 5). Conversações ocorrem também com Austrália e Japão, com o propósito de reforço das posições estadunidenses no Pacífico<sup>20</sup>. Evidente que os novos objetivos geoestratégicos do bloco militar liderado pelos Estados Unidos envolvem tanto o cercamento da China quanto o reforço do cercamento da Rússia, os dois projetos de poder autônomo mais relevantes no globo.





FIGURA 5 - Parcerias estratégicas da OTAN.

Entretanto, as ações unipolares estadunidenses não refletem a realidade multipolar do poder mundial, gerando tensões com Moscou e Pequim. A Rússia tem retomado a política externa autônoma, através do *soft power* e da barganha energética com a Ucrânia e da ajuda militar aos enclaves autonomistas pró-russos na Geórgia, garantindo com as duas medidas o estancamento do expansionismo da OTAN em suas fronteiras.

Os chineses também correm atrás de seus objetivos geopolíticos. A maior presença militar estadunidense na Ásia-Pacífico e, especialmente, o envolvimento estadunidense na nova crise da península coreana em 2013, encorajaram os adversários chineses a falarem mais grosso com Pequim: o Japão tem exigido da China a desmilitarização do Mar da China e a Índia protestado contra a presença de tropas chinesas no Himalaia.

## O VELHO ANTAGONISMO NO NOVO SÉCULO...

Assim como Mackinder, na primeira metade do século passado, percebeu numa aliança ou anexação entre Alemanha e Rússia o principal desafio à hegemonia econômica e militar ocidental, seria o caso de nos perguntarmos se o deslocamento do conceito de *heartland* na direção da Ásia não significa que, neste século, este risco estaria numa aliança entre China e Rússia.

Os dois países alcançaram um inédito distensionamento das questões fronteiriças, e demonstram a intenção de ampliar a confiança mútua através da troca de informações de alto nível em questões de segurança (contra-terrorismo) e da realização de manobras militares conjuntas, objetivos que justificaram a criação da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), em 2001.

A evolução dessas relações bilaterais será fundamental para que os dois gigantes eurasiáticos integrem suas infraestruturas de transporte, energia e comunicação, e ainda avancem coordenadamente sobre os recursos minerais da Ásia Central através de “movimentos geopolíticos de pinça” (Figura 6), especialmente visando contrabalançar a crescente influência das empresas ocidentais no setor de petróleo e gás (Mar Cáspio), e ainda isolar as bases militares estadunidenses instaladas nos países da região. Mas essa coordenação bilateral é mais econômica que militar, e nada indica que a OCX evoluirá para um bloco militar antagonista ao projeto expansionista da OTAN. Se acontecesse, seria a consolidação tardia do paradigma mackinderiano em escala global, ao unir as duas

maiores potências terrestres do globo contra o poder naval atlantista (Figura 7).

A realização do temor mackinderiano não é provável por diversas razões. A primeira delas é que o modelo de desenvolvimento chinês é autárquico demais, inclusive no plano militar; a segunda razão é que o bloqueio naval estadunidense é cada vez mais onipresente em relação a estes dois poderes terrestres: a China está cercada por um cinturão de bases estadunidenses nas ilhas do Pacífico, no Japão e na Coreia do Sul; e a Rússia cercada na parte europeia pelo expansionismo da OTAN e na parte asiática pela ampliação das bases estadunidenses no Oriente Médio e Ásia Central, bloqueando ali os acessos aos mares quentes do Índico.

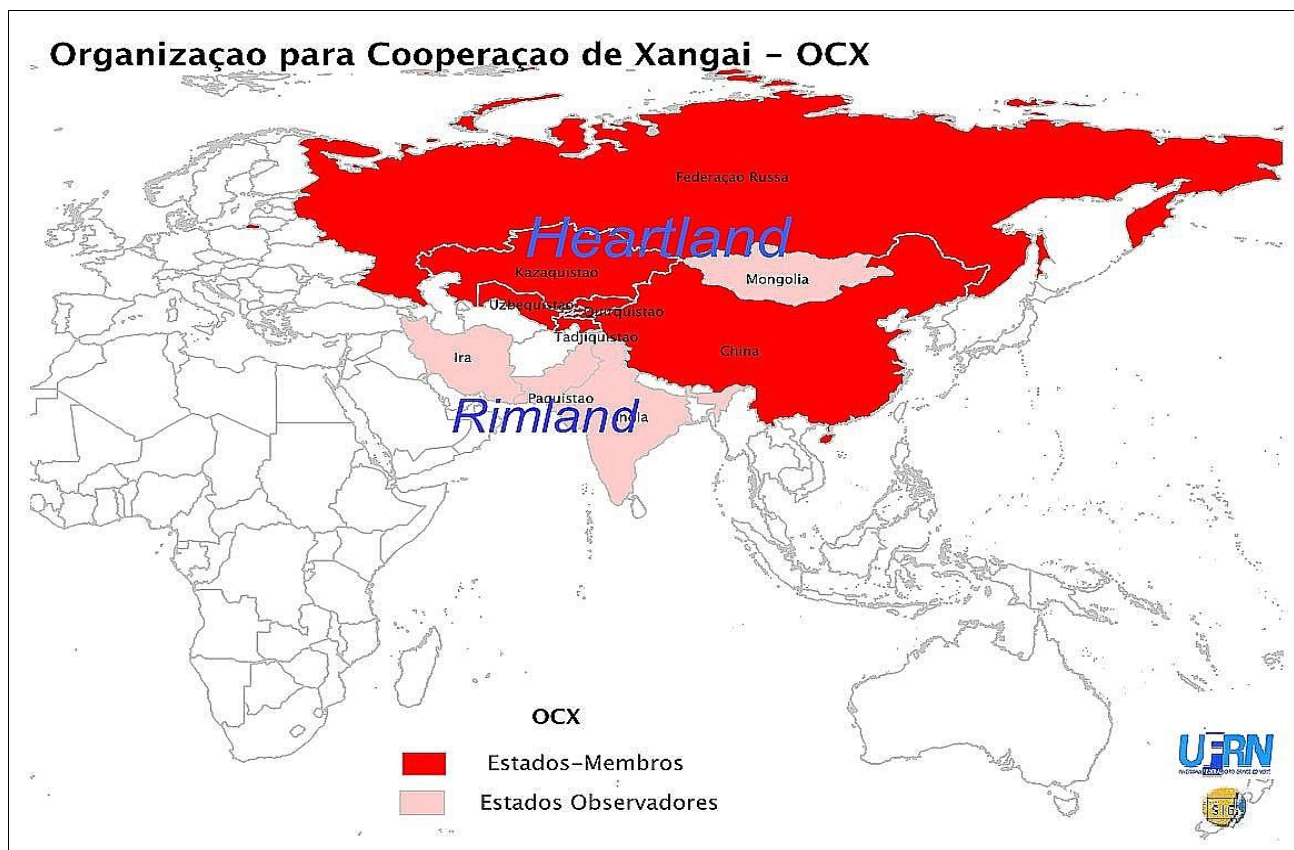


FIGURA 6 - Organização para Cooperação de Xangai - OCX.

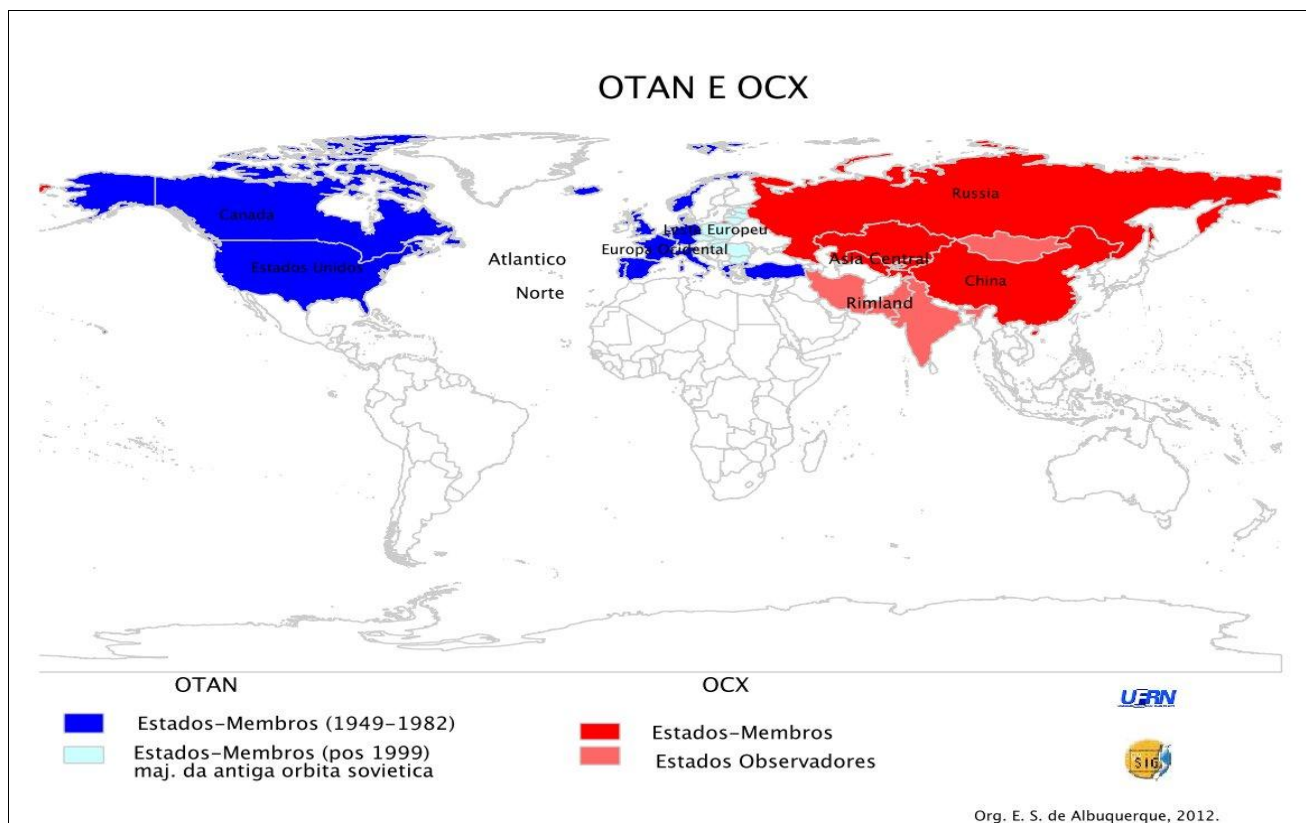


FIGURA 7 – OTAN e OCX

Ainda na Guerra Fria, a importância do *rimland* asiático para a realização do projeto global da aliança atlântica tornava-se evidente, razão da contínua ampliação do cinturão de bases militares e navios de guerra estadunidenses na região. Para russos e chineses, ao contrário, a relevância estratégica desta ampla faixa litorânea reside no acesso das regiões interiores do coração eurasiático aos mares quentes do Índico, portanto, inclui uma dimensão benevolente ao desenhar um amplo projeto de integração regional.

Essa perspectiva de ampliação da influência no *rimland* tem colocado russos e chineses do lado oposto ao ocidental em temas delicados como a questão síria e o programa nuclear iraniano. Pelo mesmo motivo, a amizade da Índia é disputada ávidamente, desde a Guerra Fria até hoje, por russos e estadunidenses: enquanto os Estados Unidos reconheceram

oficialmente o programa nuclear indiano e vêem o país como aliado na estratégia de “cercamento da China”, a Rússia é sua maior fornecedora militar e propõe parcerias estratégicas em projetos militares sofisticados.

Se a inviabilização de um triângulo estratégico Moscou-Pequim-Nova Déli é desejada por Washington, o elo fraco do projeto expansionista ocidental ou atlantista é justamente a extensificação exagerada pela Ásia-Pacífico que pressiona o “custo do poder”. A crise econômica afeta a potência líder do ocidente para acomodar as demandas dos aliados em investimentos diretos e tecnologias sensíveis, e isto ocorre mesmo entre seus aliados tradicionais como demonstram a crise estrutural europeia e a crescente insubordinação das nações sul-americanas em relação à agenda de Washington. Por isso mesmo, as potências terrestres Rússia e China têm sido cada vez mais



demandadas pelos países asiáticos na configuração da integração física regional asiática, no escopo de fugir da crise olhando para o futuro.

## NOTAS

<sup>i</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: edusilvestre@ufrnet.br

<sup>ii</sup> Acadêmico de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista do PET.

E-mail: rocha\_dyego@yahoo.com.br

<sup>iii</sup> Acadêmico de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: fabriciok.xavier@gmail.com

A geopolítica seria duramente criticada também na Alemanha do pós-guerra, mas é da Escola Francesa que viriam as críticas mais contundentes, primeiro da corrente da Geografia Tradicional, depois da corrente da Geografia Crítica (ALBUQUERQUE, 2011).

<sup>2</sup> Ainda, há diversas geopolíticas que não dizem respeito necessariamente à 'alta geopolítica', como aquelas desenvolvidas no âmbito de partidos políticos de oposição e por intelectuais não-orgânicos.

<sup>3</sup> O historiador marxista Eric Hobsbawm também destacaria mais tarde esse caráter fundamental da expansão ferroviária para a

ampliação do espaço econômico mundial no que designou de "Era do Capital", no século XIX.

<sup>4</sup> Esse monopólio estadunidense do excedente global permitiu ainda ao governo daquele país barganhar pela fidelidade de um bloco maior de nações. É significativo que durante a Guerra Fria cerca de 40% da economia soviética equivalia a apenas 10% da economia estadunidense, percentual necessário para fazer frente à corrida armamentista.

<sup>5</sup> Mesmo um país periférico como o Brasil, situado no *Crescente Externo* mackinderiano, e portanto, distante das grandes decisões mundiais, foi em abril de 1862 sitiado por uma canhoneira britânica posicionada junto à cidade portuária de Rio Grande, e oito meses depois teve seu principal porto na capital Rio de Janeiro cercado por uma esquadra de guerra britânica, que apreendeu cinco navios aportados na Baía da Guanabara, exigindo do governo imperial brasileiro o pagamento de uma indenização de 3,2 mil libras esterlinas por conta do saque de um navio britânico na costa brasileira.

<sup>6</sup> O longo impasse nas guerras napoleônicas e, agora, a ascensão estadunidense, demonstravam que nos conflitos desenrolados em áreas continentais interiores a supremacia naval britânica poderia ser neutralizada.

<sup>7</sup> Por isso mesmo, que a expansão econômica acelerada dos Estados Unidos pôde combinar políticas protecionistas e certa dose de livre-comércio.

<sup>8</sup> As guerras greco-pérsicas na Antiguidade (poder marítimo grego *versus* poder terrestre persa) e a Guerra dos Sete Anos na Idade Moderna (poder marítimo britânico *versus* poder terrestre francês disputando as possessões coloniais na América e Oriente) foram episódios históricos estudados por H. Mackinder.

<sup>9</sup> O professor espanhol Clemente Herrero Fabregat afirma que ideologicamente a primeira guerra representou a oposição entre a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia) e seu lema “igualdade, fraternidade e liberdade” e a Tríplice Aliança (Alemanha e impérios austro-húngaro e turco-otomano) sob o lema “ordem, justiça e fraternidade”, e representou a vitória do liberalismo de J. Rousseau sobre o romantismo de Herder (capitalismo induzido pelo Estado nacional).

<sup>10</sup> As reuniões que decidiram pela criação de uma série de Estados-tampões na Europa Central e no Leste Europeu contaram com a contribuição do diplomata Halford Mackinder, que visava um sistema interestatal de amortecimento entre os impérios terrestres alemão e russo. Aos sete países que compunham esse cinturão de isolamento - daí chamado de “cordão sanitário” -, quais sejam, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e Grécia, somaram-se pouco depois os Estados Bálticos e a Finlândia.

<sup>11</sup> Mello, 1999, p. 56. Ainda segundo Mello (1999), embora o poder geopolítico estivesse em mãos de potências oceânicas, Mackinder acreditava que as condições históricas eram

mais favoráveis ao poder terrestre para construir uma esquadra e lançar-se ao oceano, que ao poder marítimo organizar um exército a partir de sua base insular.

<sup>12</sup> A União Soviética responde com seu primeiro teste atômico, trazendo o “equilíbrio do terror” ao cenário europeu e atlântico. Em 1955, lança o Pacto de Varsóvia com o intuito de proteção militar aos países socialistas europeus em caso de agressão capitalista.

<sup>13</sup> Por isso o sociólogo francês Raymond Aron caracterizaria a geopolítica da Guerra Fria pelas expressões “baleia americana” para definir o poder naval estadunidense e “urso russo” para o poder terrestre soviético (Mello, 1999).

<sup>14</sup> Durante o império soviético, a descentralização da indústria pesada e, sobretudo, a articulação de uma complexa rede ferroviária permitiram à Moscou a formação de um grande espaço econômico no *heartland* eurasiático, mas o distanciamento do litoral pressionava a estrutura de custos desse parque industrial interior.

<sup>15</sup> “Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética se engajaram numa clássica corrida armamentista, desenvolvendo armas nucleares e meios de lançamento cada vez mais sofisticados tecnologicamente. Era um caso de aumento contra aumento. No mundo pós-Guerra Fria, a competição fundamental em termos de armamento é de outro tipo. Os antagonistas do ocidente estão tentando obter armas de destruição em massa e o ocidente está tentando impedi-los. Não é um caso de aumento

versus aumento, mas sim de aumento versus contenção.” (HUNTINGTON, 1997, p. 237).

<sup>16</sup> O Iraque de Sadam Hussein chegou a perseguir a construção de armas nucleares, alegando ter abortado o programa diante das pressões internacionais. Ainda assim, foi novamente atacado por uma coalizão liderada por Washington em 2003, sob o pretexto de acabar com o suposto programa paralelo iraquiano de desenvolvimento de armas de destruição em massa, sendo que as forças de ocupação nada encontraram.

<sup>17</sup> K. Mahbubani lembra que o Leste Asiático está pronto para alcançar a paridade econômica com o Ocidente, e isto assusta aos países centrais. De fato, em 2010 a China havia alcançado o posto de segunda economia do planeta, e estimativas apontam que no mais tardar na próxima década deverá suplantar a economia estadunidense. Isto significa que o poder econômico do Leste Asiático não é uma promessa, mas uma realidade. Por outro lado, talvez a ascensão chinesa encontre um limite diante da reação de Estados Unidos e Europa; afinal, sempre é lembrado o exemplo da irresistível ascensão industrial nipônica, que acabaria afinal obstaculizada a partir da década de 80 diante da reação simultaneamente tecnológica e protecionista ocidental.

<sup>18</sup> Os lucros financeiros obtidos na China auxiliaram na viabilização da nova economia de informação estadunidense, surgida a partir de investimentos públicos no complexo industrial-militar ainda na Guerra Fria. As invenções da internet, celular e GPS foram produzidas de

encomendas do Pentágono, e posteriormente repassadas em suas versões civis à empresas privadas estadunidenses.

<sup>19</sup> Suano (2003) afirma que com a plena unificação da Europa o continente teria população, recursos, riqueza econômica, tecnologia e força militar real para ser a grande potência do século XXI.

<sup>20</sup> Na atualidade, os Estados Unidos se fazem presentes militarmente em mais de 140 países, com um efetivo externo que supera os 300 mil soldados

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *Uma breve história da geopolítica*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2012.

ARBEX JUNIOR, José. *Guerra Fria: terror de estado, política e cultura*. São Paulo: Moderna, 1997.

BESSA, António Marques. *O olhar de leviathan: uma introdução a política externa dos estados modernos*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GILPIN, Robert. *O desafio do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*.

Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (1977).

KHANNA, Parag. *O Segundo Mundo: Impérios e Influência na Nova Ordem Global*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LACOSTE, Yves. *A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.

LEVINE, Steve. *O petróleo e a glória: a corrida pelo Império e a fortuna do Mar Cáspio*. São Paulo: Editora Landscape, 2007.

MAHBUBANI, K. Os perigos da decadência: o que o resto pode ensinar ao ocidente. *Revista Política Externa*, v. 2, n. 4, 1994.

MARTIN, André Roberto. *Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: o anti-golbery*, Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 2007.

MELLO, Leonel Itaussu de. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MIHAILOVIC, Dejan. Geopolítica y orden global: posibilidades para un nuevo meridionalismo. *Revista Razón y Palabra*, Número 62, Proyecto Internet del ITESM Campus Estado de México, p. 1-11, n.d.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil - África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

PENNAFORTE, Charles; LUIGI, Ricardo (Orgs.). *Perspectivas geopolíticas: uma abordagem contemporânea*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2010.

RATZEL, Friedrich. O povo e seu território. In MORAES, Antonio C. Robert (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

SUANO, Marcelo. J. F. A identificação dos

interesses estratégicos norte-americanos e o surgimento de uma nova estratégia de contenção: uma releitura de Samuel Huntington em busca do verdadeiro oponente dos EUA. *Prisma Jurídico*, v. 2, n. 3, p. 61-84, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

VIDIGAL, Armando; ALMEIDA, Francisco E. A. (Orgs.). *Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudar*